

# ADAPTAÇÕES CURRICULARES DE PEQUENO PORTE PARA ALUNOS COM SURDEZ

IRANILDE DE LIMA SANTOS<sup>1</sup>

i.limasantos@hotmail.com

YNAEH CRISTINA FERRAZ DAMASCENO<sup>2</sup>

ynaeh.damasceno@hotmail.com

MICHELLE MARQUES CARMOZINE<sup>3</sup>

[marques.mi@ig.com.br](mailto:marques.mi@ig.com.br)

<sup>1</sup> Graduanda do 8º semestre do curso de Pedagogia da Universidade Santa Cecília

<sup>2</sup> Graduanda do 8º semestre do curso de Pedagogia da Universidade Santa Cecília

<sup>3</sup> Docente do curso de Pedagogia da Universidade Santa Cecília

## RESUMO

Visando a melhora na qualidade do ensino para o aluno com déficit auditivo, este artigo trata sobre as Adaptações Curriculares de Pequeno Porte visto que, existe uma grande dificuldade dos professores em trabalhar com estes alunos na sala regular de ensino. Dificuldades estas que ocorrem pela falta do domínio tanto do aluno quanto do professor em relação à Língua de sinais brasileira e pela ausência na maioria das vezes do interlocutor em sala.

Nosso objetivo foi de trazer um levantamento quanto a utilização das Adaptações Curriculares de Pequeno Porte em sala de aula e que a ausência desta ferramenta acarreta em prejuízos na aprendizagem deste aluno.

**PALAVRAS-CHAVE:** Libras - Surdez - Adaptações Curriculares de Pequeno Porte – Inclusão - Legislação.

## ABSTRACT

Aiming to improve the quality of education for students with hearing loss. This article discusses the Small Adaptations Curricular seen that, there is a great difficulty for teachers to work with these students at teaching regular classroom. Difficulties like these occur by lack of domain of both student and teacher regarding the Brazilian sign language and the absence in most cases of the interlocutor.

Our goal was to bring a survey regarding the use of Small Adaptations Curricular classroom and that the absence of this tool leads to impairments in learning this student.

**KEY WORDS:** Libras – Deafness – Small Adaptations Curricular – Inclusion - Legislation.

## INTRODUÇÃO

O tema desta pesquisa é Adaptações Curriculares de Pequeno Porte (ACPP) para alunos com surdez no Ensino Fundamental I – necessidades, saberes e implicações e se insere na área da educação.

A escolha deste tema deve-se ao fato de alguns estudiosos apontarem como um dos grandes problemas a falta de preparo do professor da sala regular em relação às necessidades de aprendizagem dos alunos surdos e a não realização de ACPP que viabilizem o processo de ensino e aprendizagem.

Assim, esta pesquisa pretende identificar se os docentes tem conhecimento sobre as ACPP e se fazem uso das mesmas em sala de aula quando há um aluno surdo. Neste artigo apontaremos algumas adequações viáveis para a prática pedagógica.

A forma adequada para trabalhar com crianças com de déficit auditivo ainda é desconhecida por muitos profissionais da área da educação, o que vem limitando a aprendizagem desses alunos. Levando em consideração que cada um deve ser visto individualmente e com ritmo de aprendizagem diferente, deve-se traçar novas formas de ACPP, buscando superar as dificuldades encontradas no processo de ensino – aprendizagem e a socialização destes alunos com os demais.

Para que essas crianças surdas sejam realmente incluídas no ambiente escolar é necessário que sejam feitas adaptações curriculares pelo professor, tanto em sala de aula quanto nas atividades a serem realizadas por esse aluno. É importante que toda a comunidade escolar e a família trabalhem interligadas.

As propostas de trabalho direcionadas a surdez tem-se preocupado basicamente com as abordagens específicas educacionais para os surdos e isso decorre do fato de que é novo o interesse de formas mais sistemáticas de trabalho. Antes a surdez era o objeto de estudo de médicos e educadores e mais recentemente de fonoaudiólogos e terapeutas.

Nosso interesse pelo tema advém da necessidade de uma formação mais ampla e que nos capacite para que possamos nos sentir com mais segurança e estrutura para atender estes e demais alunos com múltiplos conhecimentos no processo de ensino e aprendizagem.

A dificuldade de ensino e aprendizagem dos alunos surdos pode demandar da falta de formação necessária dos professores, entre outros aspectos, a não utilização ou desconhecimento das ACPP. Estas adaptações são documentos norteadores para a inclusão no ensino regular de alunos com necessidades educacionais especiais e por não estarem envolvidas na legislação, sendo assim, são consideradas não significativas. São destinadas aos professores que irão

trabalhar com estes alunos dando o direcionamento necessário ao sistema educacional. Sabendo que fica a cargo do professor encontrar melhores adaptações necessárias a estes alunos que contribuam de forma expressiva para seu aprendizado e que ofereça o suporte necessário para que o aluno seja incluído na vida escolar. No entanto, para que apresente resultados satisfatórios é preciso que toda comunidade escolar e a família estejam inseridos nesse processo, contribuindo de maneira favorável para o crescimento desses alunos.

Geralmente são elaboradas por professores, com objetivo de envolver o aluno de inclusão nas atividades diárias em sala de aula. O professor tem autonomia para fazer as adaptações da forma que achar necessário, não precisando de autorização política ou administrativa para que seja feito, mas essas modificações devem ser levadas ao conhecimento do corpo técnico escolar.

A educação inclusiva deve sempre visar à adaptação social do aluno ao ambiente escolar da melhor forma, não devendo haver limites nem barreiras para que isso ocorra. Neste caso, trataremos apenas o tópico das ACPP para atender as necessidades especiais comuns em alunos com surdez, partindo do pressuposto que o aluno depende da interação do meio social em que vive para se desenvolver, fazendo uso de diversas maneiras de comunicação. Para o aluno surdo esse contato é feito apenas por meio visual, tornando assim, sua comunicação restrita a Língua de sinais brasileira<sup>4</sup> (Libras). Deve-se então, levar em consideração a forma de comunicação do aluno surdo e seu conhecimento de mundo que traz, buscando a forma mais adequada para que a comunicação seja estabelecida e compreendida.

Segundo Góes (2002), conforme relato de professores há grande dificuldade na comunicação do professor com o aluno surdo, por na maioria das vezes, ele não estar capacitado profissionalmente. Existem outros empecilhos tais como, a dificuldade em incluir este aluno em sociedade, a não cooperação familiar e a precariedade dos materiais pedagógicos utilizados em sala de aula.

Na abordagem de problemas da atuação com alunos surdos, Cristina referiu-se a uma diversidade de temas, tais como a limitação de sua própria formação profissional, os obstáculos para a integração do surdo na sociedade, a falta de colaboração da família no processo escolar e as

---

<sup>4</sup> Libras – Língua de sinais brasileira é fundamentada na Língua de sinais francesa (LSF) e recebe tal denominação por ser a língua de sinais uma unidade e brasileira por ser utilizada pela comunidade surda do Brasil. Disponível em: < <http://www.pessoacomdeficiencia.sp.gov.br/portal.php/terminologia>>. Acesso em: 02.Set.2013.

condições institucionais para o trabalho pedagógico (recursos materiais insuficientes, instabilidade na atribuição de classe, tempo reduzido de aulas etc.). (GOES, 2002, p.20)

Em sua conclusão, a autora enfatiza a importância da Libras em fazer parte como prioridade em todo o processo de ensino dos alunos com surdez e um maior interesse de estudo nesta área, mas que não seja esse o único meio a ser utilizado. Devendo também levar em consideração o conhecimento em linguagem do aluno, a melhor capacitação dos professores e a igualdade de objetivos a se alcançar com os alunos ouvintes e os surdos.

O foco da nossa pesquisa será no aluno surdo de inclusão, ou seja, aquele que apresenta uma perda auditiva bilateral (ambos os lados) com grau de severa a profunda. Visto que são esses os alunos que terão a sua comunicação prejudicada e a sua compreensão de fala pouco funcional.

Para alcançar a finalidade desse trabalho será realizada pesquisa de campo com questionário fechado e objetivo, direcionado aos professores da rede regular de ensino, visando fazer um levantamento quanto ao nível de escolaridade, o tempo em que exerce a profissão, se já trabalhou com alunos surdos de inclusão e o conhecimento em relação a Libras e as ACPP.

## **2.SURDEZ**

Segundo Carmozine e Noronha (2012, p.15), considera-se pessoa com déficit auditivo aquela pessoa com perda auditiva ou surdez podendo ser ocasionadas por diversos motivos. A perda auditiva pode ocorrer devido a fatores genéticos, progressivo ou ao longo do tempo. Nada mais é do que a falta de sensibilidade e percepção ao som. Ela pode ser moderada, o que indica uma baixa perda auditiva ou severa onde não existe nenhuma sensibilidade ou estímulo ao som. É considerado surdo todo indivíduo cuja audição não é funcional no dia-a-dia, e considerado parcialmente surdo todo aquele em que a capacidade de ouvir ainda que deficiente seja funcional com ou sem prótese auditiva. A origem da surdez pode ser congênita onde não se tem nenhuma capacidade de ouvir, o que dificulta aquisição da linguagem, ou um déficit auditivo adquirido seja por lesões ou por doenças.

Essas disfunções descritas acima são divididas em graus para que haja uma melhor definição desse quadro.

Os graus de severidade de perda auditiva são mais comumente utilizados segundo critérios de Davis e Silverman (1996):

<b>GRAUS DE SEVERIDADE</b>	<b>LIMIARES</b>
Audição normal	Entre 0 e 24 dB
Deficiência auditiva leve	Entre 25 e 40 dB
Deficiência auditiva moderada	Entre 41 e 70 dB
Deficiência auditiva severa	Entre 71 e 90 dB
Deficiência auditiva profunda	Acima de 90 dB

Tabela 1: Graus de severidade de perda auditiva

Fonte: Extraído do livro SURDEZ E LIBRAS conhecimento em suas mãos (1996, p.28)

As perdas auditivas podem ser vistas de maneira funcional:

- a) Perda auditiva condutiva, que afeta na maior parte das vezes todas as frequências do som, pode ser causada por doenças ou obstruções existentes na parte interna do ouvido;
- b) Perda auditiva sensorial, que pode ser provocada por danos nas células sensoriais auditivas que podem ocorrer por problema hereditário ou lesões provocadas durante o nascimento ou até mesmo durante o desenvolvimento do feto, podendo variar de moderada a severa;
- c) Perda auditiva mista, em que se dá pelo comprometimento da perda condutiva e da perda sensorial;
- d) Perda auditiva central, manifestada por diferentes graus na dificuldade de percepção e compreensão do som, acompanhada de uma diminuição da sensibilidade auditiva.

O perda auditiva do indivíduo pode ser dividido em três categorias:

- a) Pessoas com déficit auditivo: apresentam dificuldade de audição podendo fazer uso da fala e em alguns casos da escrita;
- b) Oralizados: pessoas com surdez ou déficit auditivo que priorizam a fala, tentando fazer uso dela;
- c) Surdo ou pessoas com surdez: comunicam-se através de Libras, nasceram surdos ou perderam a audição antes dos três anos de idade, sem ter adquirido o código verbal.

Aqueles que apresentam qualquer grau de perda auditiva de leve a severa são considerados surdos, porém alguns surdos não se consideram indivíduos com perda auditiva e sim detentores de uma língua diferenciada conhecida como Libras.

Existem alguns obstáculos que impedem a comunicação do surdo, para que eles sejam superados é necessário identificar as características individuais de cada pessoa com problemas de comunicação. Sendo assim, é de suma importância que o surdo tenha contato com Libras o quanto antes, pois para que ocorra o aprendizado da segunda língua é necessário o domínio da primeira.

O meio de comunicação entre uma pessoa ouvinte e a outra surda pode ser resumida em comunicação visual. Nesse processo a comunicação feita pelo professor ouvinte e o aluno surdo se faria da melhor maneira através da Libras, além é claro, dos outros recursos visuais que podem ser complementados ao cotidiano escolar. No entanto, tem se observado que tanto os professores ouvintes quanto os alunos surdos não tem pleno domínio desta língua o que acarreta dificuldade de comunicação para ambos. A falta da língua de sinais para o surdo pode ocasionar prejuízos para o seu aprendizado e desenvolvimento no meio social.

Para o surdo existem duas formas de língua. A primeira é a língua natural, aprendida desde o nascimento, no seu caso a Libras, denominado Língua primeira (L1) e uma segunda denominada Língua Portuguesa ou Língua segunda (L2), essa defendida por alguns estudiosos como apenas uma forma de expressão oralista.

Segundo Carmozine e Noronha (2012), essa Língua primeira, conhecida como Libras é uma língua visuoespacialquirêmica (CAPOVILLA,2009), ou seja, faz uso da visão, do espaço e das mãos.

A Libras por ser uma língua, tem toda uma estrutura linguística necessária para se definir com tal, ou seja, possui estrutura ortográfica, semântica e gramatical. É também reconhecida pelo lado do hemisfério cerebral esquerdo, sendo este onde se estrutura qualquer língua.

Deve ser aprendida por indivíduos surdos. No entanto, uma grande problemática é que a maioria dos alunos surdos são filhos de pais ouvintes. Sendo assim, estes não fazem uso da Libras para se comunicarem com seus filhos, talvez até por falta de interesse, ficando a comunicação familiar restrita a sinais que eles mesmos criam na busca de um entender o outro.

Conseqüentemente, estes surdos não tem contato com a língua de sinais antes de serem inseridos no ambiente de ensino, ficando para escola a responsabilidade desde aprendizado. No entanto, vale ressaltar que não se consegue desenvolver de maneira eficaz a língua de sinais juntamente com todos os conteúdos escolares, visto que estes dependem de uma língua fluente.

Segundo a legislação atual e as novas diretrizes do MEC, a criança surda em fase escolar deixa de frequentar as salas especializadas e passa para as salas de ensino regular passando a ser considerados alunos de inclusão, salas estas que fazem uso da língua oral como único meio de comunicação. Sendo assim a realidade atual nos mostra que quando não há a presença do interlocutor de Libras na sala de aula a absorção do conteúdo torna-se banal, pois esses alunos possuem um vocabulário oral escasso ou mesmo inexistente o que muitas vezes impossibilita o aprendizado. Dessa forma surge o improvisado onde a comunicação é feita por gestos, que nada lembra a Língua de sinais brasileira.

### **3.LEGISLAÇÕES**

As leis de amparo aos deficientes físicos e alunos com necessidades educacionais especiais do Brasil tiveram como primeira referência a Declaração de Salamanca (SALAMANCA,1994). Documento mundial em consonância com as Nações Unidas que norteia práticas políticas, administrativas e pedagógicas em diversos países visando a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais nas escolas de ensino regular. Nela ficam estabelecidos princípios necessários para que este aluno seja incluído em um ambiente escolar com igualdade de aprendizagem com os demais alunos, priorizando as suas necessidades pedagógicas e, além disso, abolindo qualquer tipo de atitude discriminatória.

Acreditamos e Proclamamos que:

- toda criança tem direito fundamental à educação, e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem,
- toda criança possui características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem que são únicas. (SALAMANCA, 1994, p.1).

Norteadora dos direitos das crianças, a Declaração de Salamanca estabelece que os alunos, independente da sua cultura, cor, nível social ou com qualquer tipo

de necessidades educacionais especiais, devem ser incluídos nas escolas de ensino regular mantendo o mesmo nível de ensino com os demais alunos e com alcance igualitário dos objetivos propostos concernentes a aprendizagem. Orienta quanto a necessidade de cada deficiência existente, neste caso destaca-se aqui os alunos surdos:

Políticas educacionais deveriam levar em total consideração as diferenças e situações individuais. A importância da linguagem de signos como meio de comunicação entre os surdos, por exemplo, deveria ser reconhecida e provisão deveria ser feita no sentido de garantir que todas as pessoas surdas tenham acesso à educação em sua língua nacional de signos. Devido às necessidades particulares de comunicação dos surdos e das pessoas surdas / cegas, a educação deles pode ser mais adequadamente provida em escolas especiais ou classes especiais e unidades em escolas regulares. (SALAMANCA, 1994, p.7)

Todas as diferenças devem ser respeitadas e da mesma forma o meio de comunicação dos surdos preservando a sua primeira aquisição de linguagem que neste caso é a Libras, que tem sua particularidade gramatical com sinais formados por configurações de mãos, expressões faciais e temporais. Cada aluno em sua individualidade faz uso da forma de comunicação aprendida, e a partir do momento em que é incluído na sala de ensino regular se faz necessário que a comunicação por meio de Libras seja entendida pelo aluno e o professor ouvinte que tem a função de transmitir o conteúdo a este para que passe a ter domínio das matérias em todas as disciplinas.

A unidade de ensino é um ambiente de vasta diversidade cultural que abriga a todos sem exceção.

A partir da Declaração de Salamanca foram criadas no Brasil diversas leis, decretos e resoluções com o objetivo de proporcionar a inclusão dos alunos com déficit auditivo em salas de ensino regular deixando no passado a localização desses alunos em salas especiais ou até mesmo em escolas separadas dos demais discentes.

Art. 2º: Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições



necessárias para uma educação de qualidade para todos. (BRASIL, Resolução CNE/CEB Nº 2, de 11 de setembro de 2001).

A partir desta lei torna-se obrigatório aos sistemas de ensino a matrícula dos alunos com necessidades educacionais visando a garantia do seu bem estar social e educacional priorizando oportunidades para que este seja inserido em um ambiente de ensino acolhedor e inclusivo, dando a possibilidade de aprendizagem igual a qualquer outro aluno.

Sendo assim, a unidade de ensino não pode recusar a matrícula destes alunos alegando qualquer que seja o motivo, pois cabe a esta se adequar a nova norma brasileira.

Art. 1º O dever do Estado com a educação das pessoas público-alvo da educação especial será efetivado de acordo com as seguintes diretrizes:  
I - garantia de um sistema educacional inclusivo em todos os níveis, sem discriminação e com base na igualdade de oportunidades; [...]  
III - não exclusão do sistema educacional geral sob alegação de deficiência;  
VII - oferta de educação especial preferencialmente na rede regular de ensino. (BRASIL, Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011).

Diz-se preferencialmente nas redes regulares de ensino porque a inclusão desses alunos depende também de uma estrutura própria para no seu desenvolvimento integral. Às escolas cabem fazer adaptações necessárias em sua estrutura física e pedagógica para o acolhimento dos alunos com deficiência dando-lhes oportunidades de aprendizagem igualitária aos demais educandos.

O Decreto nº 5626 que regulamenta a Lei 10.436 (Brasil, 2002) dá garantia do direito a educação dos alunos com surdez instaura:

Art. 14. As instituições federais de ensino devem garantir, obrigatoriamente, às pessoas surdas acesso à comunicação, à informação e à educação nos processos seletivos, nas atividades e nos conteúdos curriculares desenvolvidos em todos os níveis, etapas e modalidades de educação, desde a educação infantil até à superior. (BRASIL, Decreto nº 5.626, de 22 de Dezembro de 2005, Cap. IV).

Neste artigo fica claro o dever das Instituições Federais de ensino em tornar o meio de comunicação viável para o aluno com surdez, tornando o aprendizado e processos seletivos igualitários. Ou seja, priorizar a sua comunicação em Libras e em consequência tornar exequível o aprendizado da Língua Portuguesa prosseguindo com o conteúdo dos demais currículos, devendo adequá-lo às

necessidades e ao tempo de cada aluno e facilitar o acesso ao conhecimento e nos processos seletivos desde a educação básica ao ensino superior.

Este ensino pode ser oferecido tanto em sala com adequação das aulas ministradas pelo professor e, complementando o ensino, os alunos podem participar de aulas elaboradas especificamente para a sua necessidade em salas de recursos multifuncionais em horário inverso ao da etapa de ensino em que se encontra. Estas salas trabalham especificamente com a deficiência de cada aluno com materiais de apoio elaborados por professores especialistas em educação inclusiva.

§ 1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.

§ 2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular. (BRASIL, Lei nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996, Cap. V).

Como a comunicação para os surdos é feita especificamente através de Libras uma língua viva que respeita as características culturais e regionais, passou a ter reconhecimento legal tornando o Brasil um país bilíngue:

Art. 1º É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais - Libras e outros recursos de expressão a ela associados.

Parágrafo único. Entende-se como Língua Brasileira de Sinais - Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constituem um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil. (BRASIL, Lei nº 10.436, de 24 de Abril de 2002).

A partir disso, foi criado um decreto onde se estabelece que as escolas de ensino regulares devem garantir o ensino dos alunos com déficit auditivo por ambas as línguas, a Língua Portuguesa e a Libras e que precisam ser transmitidos por professores bilíngues por toda vida escolar.

Art. 22. As instituições federais de ensino responsáveis pela educação básica devem garantir a inclusão de alunos surdos ou com deficiência auditiva, por meio da organização de:

I - escolas e classes de educação bilíngue, abertas a alunos surdos e ouvintes, com professores bilíngues, na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental;

II - escolas bilíngues ou escolas comuns da rede regular de ensino, abertas a alunos surdos e ouvintes, para os anos finais do ensino fundamental, ensino médio ou educação profissional, com docentes das diferentes áreas do conhecimento, cientes da singularidade linguística dos alunos surdos,

bem como com a presença de tradutores e intérpretes de Libras - Língua Portuguesa. (BRASIL, Decreto nº 5.626, de 22 de Dezembro de 2005).

Tendo se assim uma vasta legislação que ampara os direitos e os deveres do aluno surdo de inclusão. Seja no seu direito ao ingresso no ensino regular, seja na rede de apoio criada para supri-lo de suas necessidades como aluno com necessidades educacionais especializadas.

#### **4. ADAPTAÇÕES CURRICULARES**

As Adaptações Curriculares são documentos adotados pelo Ministério da Educação como diretrizes para o processo de ensino e aprendizagem dos alunos com necessidades educacionais especiais que buscam favorecer o seu desenvolvimento integral, desde a administração financeira e estrutural do sistema de ensino, até a adaptação pedagógica dos conteúdos ministrados pelo professor em sala de aula.

Nelas estão designadas a cada órgão competências e responsabilidades cabíveis quanto à organização do sistema educacional, oferecendo soluções a pequeno, médio e longo prazo, visando à inclusão com qualidade dos educandos com necessidades especiais nas escolas de ensino regular.

Sendo assim, estas são divididas em Adaptações Curriculares de Grande Porte e Adaptações Curriculares de Pequeno Porte.

##### **4.1 Adaptações Curriculares de Grande Porte**

As Adaptações Curriculares de Grande Porte estão direcionadas para o campo da esfera nacional da educação. Nelas encontram-se orientações técnica, política e administrativa no contexto do sistema de ensino. Com base nas leis e na real necessidade dos discentes com necessidades educacionais especiais são elaboradas medidas preventivas com o objetivo de beneficiá-los por todo o seu percurso escolar, ou seja são adaptações que vão muito além do foco em sala de aula, mas que perpassam pela organização política e financeira do conjunto escolar.

Esta cartilha tratará das Adaptações Curriculares de Grande Porte, ou seja, daqueles ajustes cuja implementação depende de decisões e de ações técnico-político-administrativas, que extrapolam a área de ação específica do professor, e que são da competência formal de órgãos superiores da

Ao sondar quais necessidades serão priorizadas determinam-se medidas organizacionais com a disponibilização de verbas para alterações físicas e estruturais, materiais adequados e docentes capacitados para acomodação do educando. Devendo-se levar em conta a individualidade e a busca pelo saber do aluno.

Antes de tudo, cabe as Secretarias da Educação, juntamente com a gestão das unidades de ensino identificar a quantidade de alunos e sua necessidade, pontuando quais adaptações de grande porte devem ser feitas para obter um planejamento com visão do passado, presente e futuro do sistema de ensino.

Pressupõe que essas adaptações sejam feitas quando houver a real necessidade, tornando-se apropriada às peculiaridades do aluno, pois de forma alguma pode lhe trazer prejuízos para o seu aprendizado e desenvolvimento.

Neste contexto cabe à gestão escolar responder diretamente às instâncias superiores e dar o apoio essencial aos docentes com suporte administrativo, uma visão ampla do currículo ministrado e organização da escola.

As Adaptações Curriculares de Grande Porte dão incumbência às instâncias político administrativas de favorecerem o acesso ao currículo com adequação do ambiente de ensino alterando sua estrutura, tais como a construção de rampas, instalação de elevadores para facilitar o acesso e circulação desse aluno na unidade escolar, aquisição de mobiliário adequado e até mesmo documental podendo envolver desde o Projeto Pedagógico da Escola até o Plano Municipal de ensino e capacitação de todos os profissionais envolvidos com a educação.

São indicadas adaptações de acesso ao currículo para cada tipo de deficiência como: adaptação dos objetivos a serem alcançados ao longo do período escolar podendo ser alterados quando necessário; adaptação dos conteúdos ensinados conforme os objetivos estabelecidos; adaptação das estratégias e métodos de ensino e organização didática com flexibilização curricular e por fim, adaptação nos sistemas de avaliação e temporalidade de cada educando sem que estes sejam prejudicados em sua evolução educacional. Devendo-se levar em consideração que cada aluno é único. (Adaptações Curriculares de Grande Porte, 2000, p. 14 a 24).

## 4.2 Adaptações Curriculares de Pequeno Porte

Partindo para as Adaptações Curriculares de Pequeno Porte, sendo esta o foco da nossa pesquisa, as quais são de uso exclusivo do professor em sala de aula com orientações para a escolha de estratégias de ensino e aprendizagem que busque atingir os objetivos esperados para alunos com deficiência dando-lhe total autonomia no que diz respeito a mudanças nestas adequações. Este documento é com base nas Adaptações Curriculares de Grande Porte, como mencionado anteriormente diferenciam-se apenas nas instâncias as quais se destinam.

[...] São denominadas de Pequeno Porte (Não Significativas) porque sua implementação encontra-se no âmbito de responsabilidade e de ação exclusivos do professor, não exigindo autorização, nem dependendo de ação de qualquer outra instância superior, nas áreas política, administrativa, e/ou técnica. (Adaptações Curriculares de Pequeno Porte, 2000, p. 8).

Buscando o alcance da igualdade do ensino as ACPs norteiam especificamente o trabalho do docente em sala de aula com o aluno deficiente. Nelas os professores encontram orientações para colaborar com a melhoria da qualidade do ensino destes alunos.

Fica a critério do docente buscar alternativas cabíveis criando condições físicas do ambiente, fazendo uso de materiais adequados respeitando a realidade de cada aluno na garantia dos seus direitos e deveres como cidadão. Dentre estas adequações existem ajustes específicos a cada aluno com deficiência, cabe ao docente fazer as adequações que julgar necessárias para que o aluno com perda auditiva desfrute de um ambiente estimulador e desafiador de sua capacidade cognitiva.

No âmbito geral o professor tem a missão de transmissor do conhecimento, de forma a contribuir com a interação deste aluno para com os demais a favorecendo a troca de experiências e o convívio destes em sociedade.

Visto que a comunicação com os surdos se dá somente por meio visual, orienta-se que as aulas sejam ministradas com materiais concretos e imagens para facilitar a compreensão do conteúdo ensinado, além da comunicação por Libras.

[... seu acesso ao conhecimento encontra-se intimamente ligado ao uso comum de um código linguístico prioritariamente visual, sem o qual ele fica limitado a acessar somente as características físicas de objeto e não as conceituais...] (Adaptações Curriculares de Pequeno Porte, 2000, p.14).

Segundo as Adaptações Curriculares de Pequeno Porte (2000, p. 15) “o ensino da Língua Portuguesa oral e escrita deve ser oferecido paralelamente com a língua de sinais”, esta situação se deve pelo motivo da Libras ser a língua base para o surdo, ficando assim a Língua Portuguesa como L2 por ser a língua oficial do país facilitando o acesso à informação e aos demais conhecimentos da área educacional.

Conforme as ACPP (2000, p 17), “A língua de sinais organiza ideias dos surdos de forma lógica diferente da organização construída por meio da língua portuguesa.” Motivo esse ao qual se justifica a diferenciação da escrita do surdo em língua portuguesa, o que levará o professor a analisar didaticamente o que o aluno aprendeu considerando o conhecimento gramatical dele sem que o mesmo seja prejudicado.

#### **4.2.1 Orientações para o professor em sala de aula**

Conforme orientação das ACPP (Adaptações Curriculares de Pequeno Porte, 2000, p. 18) é necessário que o professor faça algumas adequações em sala de aula para a melhora do aprendizado do aluno com déficit auditivo, tais como:

- Utilizar recursos visuais: a visão é considerada a principal via de aprendizado e informação do surdo e o seu estímulo contribui para tal;
- Posicionar o aluno próximo ao professor: torna-se importante para que o aluno tenha maior percepção nas orientações do professor e desta forma não perca a concentração facilmente. Assim, ele pode ter maior atenção nos sinais do professor, nos lábios e não se dispersa com movimento a sua volta;
- Associar a escrita ao seu significado: descrever sempre ao aluno o significado das palavras para que a associação ocorra de maneira mais fácil;
- Manter sempre contato visual com o aluno: o professor não deverá falar enquanto escreve na lousa, dar explicações de costas ou até mesmo andando pela sala;
- Associar palavras a desenhos: esse trabalho em conjunto torna o entendimento mais fácil para o aluno, pois ligando a palavra a figura poderá compreender mais facilmente;

- Elaborar provas diferenciadas dos demais alunos: deverá ser clara, objetiva e adaptada para que o aluno entenda o que está sendo pedido;
- Avaliação: deverá ser respeitada a forma de escrita do aluno neste processo que é importante para saber se os objetivos propostos foram alcançados.

### **4.3 METODOLOGIA**

Esta pesquisa apresenta os fundamentos do MEC para as adaptações e a leis relacionadas ao tema. Trata-se, portanto de pesquisa bibliográfica, documental e de campo.

A metodologia utilizada neste artigo tem o caráter pesquisador com questionário de perguntas fechadas aplicado a professores da rede regular de ensino, visando fazer o levantamento profissional dos docentes, se eles conhecem as Adaptações Curriculares de Pequeno Porte e se os mesmos fazem utilização destas em sala de aula e no que diz respeito a Libras.

A pesquisa foi realizada com professores da rede regular pública e particular de ensino do Fundamental I.

A primeira escola em que foi aplicado o questionário situa-se no bairro Morro São Bento e trata-se de uma escola de Educação Infantil que atende alunos oriundos do próprio bairro considerado de classe média baixa, está localizado no Município de Santos. A segunda escola também localiza-se em Santos, no bairro do Embaré, considerado este de classe média e atende alunos próprio bairro e redondezas.

### **4.4 QUESTIONÁRIO APLICADO E DADOS LEVANTADOS**

1. Há quanto tempo exerce a profissão de docente?
  - De 1(um) a 5 (cinco) anos
  - De 5 (cinco) a 10 (dez) anos
  - Mais de 10 (dez)anos
2. Qual seu grau de formação?
  - Magistério
  - Graduado em pedagogia
  - Pós- graduado
  - Doutorado

3. Em relação à docência com aluno surdo?
  - Atualmente trabalho
  - Nunca trabalhei
  - Já trabalhei
4. Você conhece as Adaptações Curriculares de Pequeno e Grande Porte?
  - Sim
  - Não
  - Ouvi falar
5. Onde adquiriu o conhecimento das Adaptações Curriculares de Pequeno e de Grande Porte?
  - Na escola onde trabalha
  - Por intermédio de outro docentes
  - No curso de graduação
  - Através dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's)
6. Você utiliza as Adaptações Curriculares de Pequeno Porte em sala de aula?
  - Sim
  - Não
7. Sem o auxílio de um interprete de Libras você estaria capacitado para trabalhar com o aluno surdo em sala de aula?
  - Sim
  - Não
8. Tem algum conhecimento em Libras?
  - Sim
  - Não

Em resposta dos professores ao questionário aplicado obtivemos as seguintes informações:

#### Dados profissionais

<b>Professor</b>	<b>Tempo de docência</b>	<b>Formação</b>	<b>Docência com aluno com surdez</b>
R.F.	Mais de 10 anos	Pós graduado	Atualmente trabalho
C.C	Mais de 10 anos	Pós Graduada	Nunca trabalhou
A.P.	Mais de 10 anos	Graduada	Nunca trabalhou
W.A.	Mais de 10 anos	Graduada	Já trabalhou
C.D.	De 05 a 10 anos	Pós- graduada	Já trabalhou



Tabela 2: Identificação dos profissionais.  
Fonte: Elaborado pelas graduandas.

## Dados técnicos

<b>Professor</b>	<b>Conhece as ACGP e as ACPP</b>	<b>Onde adquiriu conhecimento</b>	<b>Faz utilização das ACPP em sala</b>	<b>É possível trabalho sem interlocutor de Libras</b>	<b>Tem conhecimento em Libras</b>
R.F.	Sim	Nos PCN's	Sim	Sim	Sim
C.C.	Ouviu falar	Através de outros docentes	Não	Não	Não
A.P.	Ouviu falar	Na escola em que trabalha	Não	Não	Não
W.A.	Sim	No curso de graduação	Sim	Não	Não
C.D.	Ouviu falar	Na escola em que trabalha	Não	Não	Não

Tabela 3: Levantamento do conhecimento dos profissionais  
Fonte: Elaborado pelas graduandas.

Segundo a pesquisa com professores da rede regular de ensino obtivemos os seguintes resultados:

Na questão 1

80% tem mais de 10 (dez) anos de docência

20% tem de 05 (cinco) a 10 (dez) anos de docência

Na questão 2

60% são pós- graduados

40% são graduados

Na questão 3

40% já trabalharam com alunos com surdez

20% trabalham atualmente

40% nunca trabalharam com estes alunos

Na questão 4

40% conhecem as ACGP e as ACPP

60% já ouviram falar das ACGP e das ACPP

Na questão 5

20% adquiriram conhecimento das ACGP e as ACPP através dos PCN's

40% adquiriram conhecimento das ACGP e as ACPP na escola em que atuam como docentes

20% adquiriram conhecimento das ACGP e as ACPP no curso de graduação

20% adquiriram conhecimento das ACGP e as ACPP através de outros docentes

Na questão 6

40% fazem a utilização das ACPP em sala de aula

60% não fazem a utilização das ACPP em sala de aula

Na questão 7

20% informaram que é possível o trabalho sem o interlocutor de Libras

80% informaram que não é possível o trabalho sem o interlocutor de Libras

Na questão 8

20% tem conhecimento em Libras

80% não tem conhecimento em Libras

## **5. CONCLUSÃO**

Através da pesquisa realizada concluímos neste artigo que a dificuldade existente nos professores em sala de aula para com o aprendizado dos alunos com déficit auditivo está na falta de conhecimento e conseqüentemente a não utilização das Adaptações Curriculares de Pequeno Porte pelos docentes da rede regular de ensino.

A falta de recursos financeiros acarreta em problemas estruturais ao local de ensino e também na ausência do interlocutor de Libras mesmo sendo este um direito assegurado por lei.

Libras é uma língua de estrutura complexa, portanto a falta de conhecimento nesta área prejudica a comunicação entre aluno, professor e os demais envolvidos na educação, tornando o diálogo no ambiente escolar precário e muitas vezes feito de forma improvisada acarretando atraso no desenvolvimento educacional deste aluno.

A inclusão do aluno com surdez só será eficaz quando houver maior interesse por parte dos docentes em conhecer e aplicar as Adaptações Curriculares de Pequeno Porte. A adequação do currículo e a presença do interlocutor em sala de aula são fundamentais para o aprendizado destes alunos desde que, primeiramente eles tenham sido alfabetizados em Libras para que assim possam ficar em condições de igualdade de ensino aos demais.

## 6.REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

Adaptações Curriculares de Grande Porte. Projeto Escola Viva - Garantindo o acesso e permanência de todos os alunos na escola - Alunos com necessidades educacionais especiais. Brasília, DF: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2000. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/cartilha06.pdf>>. Acesso em: 22.Abril.2013.

ALMEIDA, Thiago José Batista de; CAMARGO, Eder Pires de; MELLO, Denise Fernandes de. Dificuldades relatadas por professores no processo de inclusão de alunos com deficiência auditiva. Publicado nas atas do III Congresso Brasileiro de Educação (III CBE). Bauru, SP: UNESP, 2011. Disponível em: <<http://www2.fc.unesp.br/encine/documentos/AP/2011/2011-1.php>>. Acesso em: 16.Set.2013.

Atendimento Educacional Especializado – AEE Segundo o texto da Política de Educação Especial, na Perspectiva Inclusiva SEESP/MEC; 01/2008. Disponível em: <[http://www.pmpf.rs.gov.br/servicos/geral/files/portal/AEE\\_Apresentacao\\_Completa\\_01\\_03\\_2008.pdf](http://www.pmpf.rs.gov.br/servicos/geral/files/portal/AEE_Apresentacao_Completa_01_03_2008.pdf)>. Acesso em: 26.Mar.2013.

BRASIL, Decreto nº 5626 de 22 de Dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098 de 19 de Dezembro de 2000. Brasília, DF; 2005. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm)>. Acesso em: 10.Ago.2013

BRASIL, Lei nº 10.436 de 24 de Abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. Brasília, DF; 2002. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/2002/L10436.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10436.htm)>. Acesso em: 10.Ago.2013.

BRASIL, Lei nº 9.394 de 20 de Dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, Cap. V. Brasília, DF; 1996. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm)>. Acesso em: 12.Ago.2013.

CAPOVILLA, Fernando César; RAPHAEL, Walkiria Duarte; MAURICIO, Aline Cristina L. Novo Deit-Libras – Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilíngue da Língua de Sinais Brasileira (Libras). 1 Ed. São Paulo: EDUSP, 2010. 2460 p.

CARMOZINE, Michelle M.; NORONHA, Samanta C. C. Surdez e libras: conhecimento em suas mãos. 1 Ed. São Paulo: Hub Editorial, 2012. 112 p.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais. Salamanca – Espanha: UNESCO 1994. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>>. Acesso em:10.Set.2013.

GOES, Maria Cecília Rafael de. Linguagem, surdez e educação. 3 Ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2002. 90 p.

Mec Legis. Disponível em: <<http://meclegis.mec.gov.br/index/busca?pesquisa=pessoas+com+defici%C3%Aancia>>. Acesso em: 27.Set.2013.

PEREIRA, Maria C. da Cunha. Leitura escrita e surdez/ Secretaria da Educação, CENP/CAPE. 2 Ed. São Paulo: FDE, 2005. Reimpressão: 2006.104 p.

SOUZA, Regina Maria de; SILVESTRE, Núria. ARANTES, Valéria Amorim (organizadora). Educação de surdos: pontos e contrapontos (Coleção pontos e contrapontos). São Paulo: Summus, 2007.